

O projeto ^{delo} repudiado

Toda a Constituinte está decepcionada com o texto de projeto constitucional produzido. Alguns dos constituintes, que se deram ao trabalho de analisar mais detidamente os diferentes aspectos desse projeto, exibem as suas impropriedades, incongruências, redundâncias e conflitos de um texto de má qualidade e sem unidade, gerando-se consenso de que esse esboço não tem condições de se transformar em Carta Constitucional.

Esse sentimento de frustração, que é partilhado por todo o País, com o trabalho das 24 subcomissões e das oito comissões temáticas, tem seus aspectos positivos, segundo o entendimento do deputado gaúcho Nelson Jobim, que funcionou no grupo de quatro relatores adjuntos instituído pelo relator-geral da Comissão de Sistematização, Bernardo Cabral.

Esse clima decepcionante disseminou a convicção de que o texto terá de ser substituído por projeto coerente e equilibrado, que reflita um grande acordo suprapartidário, de forma que o País ganhe, a partir de dezembro deste ano, uma Constituição digna desse nome, a qual aspire duração e estabilidade.

A Comissão de Sistematização cabia unicamente compatibilizar os textos das diferentes comissões temáticas, sem alterar-lhes o mérito. No máximo poderia optar por uma de duas ou mais propostas sobre um mesmo assunto, o que foi feito. Essa ação limitada não lhe permitiria, portanto, alterar substancialmente o material que chegou às mãos dos integrantes da Comissão. Na fase posterior ao exame desse esboço de projeto pelo plenário, a Comissão poderá partir para o substitutivo que terá condições de se transformar na nova Constituição.

No dia 17 de julho, inicia-se a discussão em plenário do polêmico projeto. O dia 17 de agosto marca o fim do prazo para apresentação de emendas e o dia 27 do mesmo mês da discussão. Até o dia 25 verifica-se a votação, depois do que o projeto é remetido para a Comissão de Sistematização, que terá a oportunidade, então, de preparar o novo texto como fruto de entendimentos entre os constituintes.

RUMORES

Circulam insistentes rumores no Congresso de que o suposto atentado ao presidente José Sarney foi concebido e posto em execução por importantes figuras do "ancien regime" diretamente relacionadas com os organismos de informação e segurança.

Indaga-se qual o objetivo. Forçar o endurecimento? Ninguém ignora que arrepia a elite dirigente do País, civil e militar, a hipótese de se votar uma Constituição sob pressão de grandes multidões arrastadas à Praça dos Três Poderes, Esplanada dos Ministérios e à Constituinte pelos militantes de organizações partidárias e sindicais.

No Brasil, as elites continuam receosas diante de qualquer manifestação popular organizada. Não se tem o mesmo receio de grupos de pressão organizados que atuam com grande eficácia e freqüentemente de forma clandestina. Como é o caso do lobby exercido pelos grandes grupos econômicos nacionais e internacionais.

A idéia corrente nesses setores é a de cercar as imediações da Constituinte para evitar que a ela cheguem multidões de populares.

TARCISIO HOLANDA